



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

ANEXO IX - DIRETRIZES PARA EXERCÍCIO DAS PRERROGATIVAS DE FINANCIADORES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

(i) Os termos definidos utilizados neste ANEXO terão os mesmos significados a eles atribuídos no ANEXO XIII do CONTRATO, quando ali definidos, com exceção do termo “PARTES”, que deverá prevalecer o significado atribuído no item 2 deste ANEXO.

(ii) A minuta constante deste ANEXO é meramente referencial e tem por finalidade balizar a discussão entre as PARTES a respeito do alcance e do procedimento cabível para exercício dos direitos dos FINANCIADORES, sendo que, se necessário, poderá ser adequada antes de sua assinatura, desde que com prévia aprovação pela AGÊNCIA REGULADORA. A assinatura do ACORDO TRIPARTITE é facultativa para os FINANCIADORES e implica a autorização prévia pela AGÊNCIA REGULADORA a respeito da forma pela qual os FINANCIADORES exercerão os direitos aqui indicados, nas condições previstas na LEI DAS CONCESSÕES.

(iii) O ACORDO TRIPARTITE não altera ou modifica quaisquer obrigações da CONCESSIONÁRIA com relação ao PODER CONCEDENTE, tal como estabelecidas no CONTRATO.

(iv) O ACORDO TRIPARTITE não cria obrigações para os FINANCIADORES com relação à gestão da CONCESSÃO, mesmo no caso de sua assunção temporária, tampouco torna obrigatória a assunção da CONCESSÃO por parte dos FINANCIADORES.

(v) Eventuais lacunas do presente ANEXO em relação aos montantes das penalidades, assim como à inclusão de novos EVENTOS DE ALERTA, serão de livre negociação entre todas as partes (AGÊNCIA REGULADORA, PODER CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA e FINANCIADOR) quando da negociação dos termos do ACORDO TRIPARTITE, caso este venha a ser assinado.

(vi) Haverá previsão de PERÍODO DE CURA, o qual consistirá em prazo concedido pela AGÊNCIA REGULADORA ou pelo AGENTE, conforme o caso, mediante notificação à CONCESSIONÁRIA, para que sejam sanados descumprimentos observados no CONTRATO ou nos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO.

(vii) Caso a CONCESSIONÁRIA não tenha sanado os descumprimentos ensejadores dos EVENTOS DE ALERTA durante o PERÍODO DE CURA, indicados na respectiva NOTIFICAÇÃO DE ALERTA À CONCESSIONÁRIA, será facultado ao AGENTE, representando os FINANCIADORES, exercer os direitos previstos no ACORDO TRIPARTITE. Neste caso, haverá previsão de PERÍODO DE EXERCÍCIO, o qual consistirá em interregno durante o qual o AGENTE, na qualidade de representante dos FINANCIADORES, poderá exercer os direitos que lhe foram conferidos. No caso de descumprimento de obrigações decorrentes dos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO, observados os eventuais PERÍODOS DE CURA aplicáveis, os FINANCIADORES poderão exercer os direitos previstos no ACORDO TRIPARTITE enquanto perdurar o descumprimento, de modo que o PERÍODO DE EXERCÍCIO perdurará até o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das respectivas obrigações ou do advento do prazo do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, conforme definido neste ANEXO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

(viii) Observados os requisitos dispostos na LEI DAS CONCESSÕES, a assinatura do ACORDO TRIPARTITE também representará a anuência, por parte da AGÊNCIA REGULADORA, às garantias oferecidas pela CONCESSIONÁRIA aos FINANCIADORES anteriormente à assinatura do ACORDO TRIPARTITE, não sendo necessária anuência adicional ou complementar, ressalvadas as alterações supervenientemente pretendidas àquelas garantias já ofertadas.

(ix) São exemplos de EVENTOS DE ALERTA, independentemente de outros que também possam ser incluídos no ACORDO TRIPARTITE, aqueles listados na Cláusula 8.1.

(x) São direitos a serem disciplinados no ACORDO TRIPARTITE, que poderão ser exercidos em qualquer ordem definida pelos FINANCIADORES, constituindo faculdade conferida aos FINANCIADORES durante o PERÍODO DE EXERCÍCIO:

a) adimplir as obrigações que a CONCESSIONÁRIA tenha descumprido ou esteja em mora frente ao PODER CONCEDENTE;

b) assumir temporariamente a administração da CONCESSIONÁRIA para promover sua reestruturação financeira e, posteriormente, retornar à CONCESSIONÁRIA a execução das atividades associadas ao CONTRATO;

c) assumir o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, mediante a consolidação da propriedade resolúvel de ações previamente transferidas em garantia, ou outra forma de garantia possível, nos termos do artigo 27-A, § 3º da LEI DAS CONCESSÕES, para promover a reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA e assegurar a continuidade da operação da ÁREA DA CONCESSÃO e da prestação dos SERVIÇOS;

d) nas hipóteses previstas no ACORDO TRIPARTITE, provocar a transferência do controle da CONCESSIONÁRIA ou dos direitos da CONCESSIONÁRIA oriundos do CONTRATO a terceiro; e

e) exercer demais prerrogativas previstas nos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO, inclusive a declaração do vencimento antecipado da dívida e a consequente execução de garantias ofertadas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito dos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO.

(xi) Durante o PERÍODO DE CURA e o PERÍODO DE EXERCÍCIO, não terão efeito eventuais decisões de decretação de caducidade ou intervenção na CONCESSÃO, podendo haver, a critério da AGÊNCIA REGULADORA, a suspensão dos respectivos processos administrativos. Caso o descumprimento da CONCESSIONÁRIA seja sanado durante o PERÍODO DE CURA ou o PERÍODO DE EXERCÍCIO, ou então seja aprovada a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, os respectivos processos administrativos serão extintos. A cobrança de penalidades pecuniárias aplicadas à CONCESSIONÁRIA também será suspensa durante o PERÍODO DE CURA e o PERÍODO DE EXERCÍCIO, sem prejuízo da continuidade da apuração, pela AGÊNCIA REGULADORA, das condutas qualificáveis como infrações, nos termos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

do CONTRATO e de seu ANEXO VIII, e que sejam praticadas durante esses períodos ou anteriormente ao seu início, sendo que os respectivos montantes deverão ser pagos após o término do respectivo PERÍODO DE CURA ou PERÍODO DE EXERCÍCIO.

(xii) Durante o PERÍODO DE EXERCÍCIO, haverá suspensão da aplicação de acréscimos na OUTORGA VARIÁVEL em razão da incidência do IQS, relativo ao não atingimento de INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA. De todo modo, os INDICADORES DE DESEMPENHO continuarão a ser apurados, calculando-se o respectivo crédito do PODER CONCEDENTE, de modo que, após o término do PERÍODO DE EXERCÍCIO, os acréscimos devidos deverão ser ou pagos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, corrigidos nos termos do CONTRATO e do ANEXO VI. Em caso de extinção da CONCESSÃO sem que os descontos devidos durante o PERÍODO DE EXERCÍCIO estejam quitados, o valor em prol do PODER CONCEDENTE será descontado da indenização devida à CONCESSIONÁRIA nos termos do CONTRATO.

(xiii) O exercício dos direitos de ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA e ASSUNÇÃO DO CONTROLE implicará a elaboração de um PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, que deverá ser apresentado pelos FINANCIADORES à CONCESSIONÁRIA e à AGÊNCIA REGULADORA.

(xiv) As diretrizes do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO são as seguintes:

- a) discriminação pormenorizada dos meios de reestruturação a serem empregados;
- b) demonstração da viabilidade econômica do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO;
- c) apresentação das demonstrações financeiras da CONCESSIONÁRIA relativas ao último exercício social e das levantadas especialmente para instruir o PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, confeccionadas com estrita observância da legislação societária e das normas contábeis aplicáveis;
- d) indicação do prazo necessário para a execução integral do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO; e
- e) possibilidade de eventual conversão da ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA em ASSUNÇÃO DE CONTROLE, ou mesmo do emprego da TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, mediante a ocorrência de eventos pré-estabelecidos no PLANO DE REESTRUTURAÇÃO. O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO não poderá comprometer a operação da ÁREA DA CONCESSÃO ou a prestação dos SERVIÇOS, sendo que alterações no CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO somente serão anuídas na medida em que sejam comprovadamente indispensáveis à implementação do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.

(xv) O exercício da ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA não importará na responsabilização do AGENTE, dos FINANCIADORES ou do ADMINISTRADOR TEMPORÁRIO em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos da CONCESSIONÁRIA perante o PODER CONCEDENTE,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

terceiros ou empregados da CONCESSIONÁRIA, permanecendo esta como responsável por tais encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos.

(xvi) São direitos do AGENTE, durante a ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA e a ASSUNÇÃO DE CONTROLE, exercer em sua plenitude todos os direitos emergentes da propriedade resolúvel das ações da CONCESSIONÁRIA ou outra forma de garantia possível, tais como:

- a) acessar todas as informações da CONCESSIONÁRIA relacionadas ao CONTRATO para a elaboração do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO; e
- b) eleger ou destituir os membros da administração da CONCESSIONÁRIA quando tais competências forem dos ACIONISTAS.

(xvii) A AGÊNCIA REGULADORA poderá interromper a ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA e a ASSUNÇÃO DO CONTROLE caso comprovado, em processo administrativo próprio, o descumprimento do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.

(xviii) O ACORDO TRIPARTITE preverá que a AGÊNCIA REGULADORA consentirá com o exercício do direito de TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, limitando-se à verificação dos requisitos de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da CONCESSIONÁRIA a quem serão transferidos os direitos emergentes do CONTRATO, nos termos do disposto no § 1º do artigo 27 da LEI DAS CONCESSÕES e no CONTRATO, observada a compatibilidade dessa exigência com o momento de execução contratual, nos termos da Cláusula 14.2. Nessa hipótese, a indicação da CONCESSIONÁRIA proposta deverá vir acompanhada de:

- a) nome e endereço;
- b) a menos que a CONCESSIONÁRIA proposta seja uma entidade de capital aberto, os nomes dos acionistas da CONCESSIONÁRIA proposta e a participação de capital detida por cada acionista;
- c) caso a CONCESSIONÁRIA proposta seja uma entidade de capital aberto, o nome do acionista controlador, ou dos acionistas que integrem seu bloco de controle, bem como dos demais acionistas que detenham participação superior a 20% (vinte por cento) do capital social votante da CONCESSIONÁRIA, indicando-se, em todos os casos, a participação de cada acionista no capital social votante;
- d) a maneira pela qual os FINANCIADORES ou novos financiadores propõem financiar a CONCESSIONÁRIA proposta e a extensão em que tal financiamento encontra-se comprometido (extensão relevante);
- e) cópias das demonstrações financeiras mais recentes da CONCESSIONÁRIA proposta; e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

f) cópia dos documentos societários e fiscais atualizados da CESSIONÁRIA proposta, comprovando sua constituição e administração.

(xix) Quando da TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, também será determinado como será feito o pagamento de eventuais montantes devidos ao PODER CONCEDENTE em relação aos quais a CONCESSIONÁRIA estiver inadimplente.

(xx) Em caso de TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, o CONTRATO perdurará, de modo que nenhuma indenização será devida à CONCESSIONÁRIA, por parte do PODER CONCEDENTE, por conta de eventuais investimentos ainda não amortizados pela CONCESSIONÁRIA (cedente).

(xxi) Os termos e condições em que a CESSIONÁRIA assumirá as obrigações da CONCESSIONÁRIA frente aos FINANCIADORES, assim como eventual pagamento à CONCESSIONÁRIA por parte da CESSIONÁRIA, deverão ser acordados pelo AGENTE, pela CONCESSIONÁRIA e pela CESSIONÁRIA, de forma privada.

(xxii) No caso de TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, a AGÊNCIA REGULADORA e o PODER CONCEDENTE celebrarão um novo ACORDO TRIPARTITE com o AGENTE que representar os FINANCIADORES da CESSIONÁRIA, caso manifestado interesse.

(xxiii) Nenhuma das PARTES poderá atribuir ou transferir qualquer parte de seus direitos ou obrigações estabelecidas no ACORDO TRIPARTITE sem o consentimento prévio por escrito das outras PARTES. Contudo, o AGENTE poderá atribuir ou transferir seus direitos e obrigações ao AGENTE sucessor, desde que em conformidade com os DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO e mantidas todas as condições que fundaram a anterior aprovação da AGÊNCIA REGULADORA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

MINUTA DO ACORDO TRIPARTITE

O **ESTADO DE SÃO PAULO**, na qualidade de PODER CONCEDENTE, por intermédio da Secretaria de Parcerias em Investimentos,

A **AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP**, autarquia em regime especial, criada pela Lei Complementar nº 1.025, de 7 de dezembro de 2007, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.538.438/0001-53, com sede na Rua Cristiano Viana nº 428, Pinheiros, São Paulo – SP, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Thiago Mesquita Nunes, portador do RG nº [•] e CPF/MF nº [•] (“AGÊNCIA REGULADORA”)

[·], atuando na qualidade de AGENTE e representante dos FINANCIADORES da CONCESSIONÁRIA relacionados nos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO, conforme mandato outorgado pelas respectivas entidades; e

[·], sociedade de propósito específico (SPE) adjudicatária do objeto da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [·],

CONSIDERANDO que o PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA (na condição de interveniente-anuente) e a [·], na data de [·], celebraram o CONTRATO, de nº [·], na qual o primeiro figura como contratante e a segunda como contratada, tendo por objeto a CONCESSÃO do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro de Campos do Jordão – EFCJ, nos termos do CONTRATO e de seus ANEXOS;

CONSIDERANDO que os investimentos a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA para consecução do objeto do CONTRATO se darão mediante financiamento e garantia obtidos junto aos FINANCIADORES, no montante e conforme referências constantes dos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO que integram este ACORDO TRIPARTITE como APÊNDICE;

CONSIDERANDO que os FINANCIADORES nomearam o AGENTE para atuar em seu nome, representá-los e exercer os direitos e obrigações previstos neste ACORDO TRIPARTITE;

CONSIDERANDO que o estatuto social da CONCESSIONÁRIA se encontra adequado às presentes disposições, sendo que seus ACIONISTAS estão obrigados a respeitar, bem como a adotar todas as medidas que se façam necessárias ao cumprimento das obrigações aqui convencionadas;

CONSIDERANDO que, nos termos do CONTRATO, foi concedida aos FINANCIADORES a faculdade de celebrar o presente ACORDO TRIPARTITE para melhor disciplinar a relação entre a CONCESSIONÁRIA, os FINANCIADORES, representados pelo AGENTE, o PODER CONCEDENTE e a AGÊNCIA REGULADORA;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

CONSIDERANDO que este documento, para fins do CONTRATO, enquadra-se no conceito de ACORDO TRIPARTITE a que se refere tal instrumento;

CONSIDERANDO o interesse comum da AGÊNCIA REGULADORA, do PODER CONCEDENTE, da CONCESSIONÁRIA e dos FINANCIADORES na execução e conclusão das obras e serviços para CONCESSÃO do Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro de Campos do Jordão – EFCJ, e realização dos investimentos necessários à exploração do objeto do CONTRATO;

Resolvem celebrar o presente ACORDO TRIPARTITE, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições.

1. OBJETO

1.1. Constituem objeto deste ACORDO TRIPARTITE os direitos e deveres conferidos às PARTES por ocasião da ocorrência de um ou mais EVENTOS DE ALERTA, conforme disciplina aqui contida, assim como o estabelecimento dos termos e condições nos quais, em tais hipóteses, se darão a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, a TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE, a ASSUNÇÃO DO CONTROLE e a ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA da CONCESSIONÁRIA, conforme as disposições constantes dos artigos 27 e 27-A da LEI DAS CONCESSÕES.

2. DEFINIÇÕES

2.1. Os termos em letra maiúscula previstos neste ACORDO TRIPARTITE, salvo disposição expressa, e sem prejuízo das demais definições constantes do ANEXO XIII do CONTRATO que não tenham sido modificadas por este ACORDO TRIPARTITE, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados:

ACIONISTAS: são considerados quaisquer indivíduos ou pessoas jurídicas que detenham participação direta na CONCESSIONÁRIA;

ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA: exercício, por parte dos FINANCIADORES, sem a transferência da propriedade das ações, de poderes próprios para promover a reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA e, posteriormente, retornar-lhe a execução das atividades associadas ao CONTRATO;

ADMINISTRADOR TEMPORÁRIO: pessoa jurídica que exerce a ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA;

AGENTE: o representante, perante o PODER CONCEDENTE e a AGÊNCIA REGULADORA, do conjunto de FINANCIADORES, tais como o banco líder ou coordenador, ou terceiro indicado pelos FINANCIADORES, inclusive agente fiduciário, a quem cabe o exercício dos direitos e obrigações que

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

Ihe são conferidos neste ACORDO TRIPARTITE;

ASSUNÇÃO DO CONTROLE: aquisição do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA por parte dos FINANCIADORES, conforme requisitos constantes do artigo 116 da LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS, a partir do exercício de direitos que lhes confirmam a propriedade resolúvel de ações da CONCESSIONÁRIA ou outro mecanismo de garantias outorgadas pela CONCESSIONÁRIA aos FINANCIADORES;

ATENDIMENTO À NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA: adoção de uma das providências conferidas ao AGENTE, conforme regramento da Cláusula 15, suficientes para encerrar o PERÍODO DE EXERCÍCIO;

CESSIONÁRIA: SPE indicada pelo AGENTE a quem se pretende transferir a CONCESSÃO, após aprovação pela AGÊNCIA REGULADORA, em conformidade com os requisitos previstos neste ACORDO TRIPARTITE;

CONTRATOS DE FINANCIAMENTO: instrumentos celebrados pela CONCESSIONÁRIA com os FINANCIADORES para a estruturação da operação visando à obtenção de recursos para o adimplemento das obrigações assumidas no CONTRATO, os quais integram os DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO e o presente ACORDO TRIPARTITE, como APÊNDICE;

DATA DE ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO: termo final do PERÍODO DE EXERCÍCIO concedido ao AGENTE para adoção das providências que lhe são permitidas, conforme Cláusula 9, para promover a reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA e assegurar a continuidade da operação da ÁREA DA CONCESSÃO e da prestação dos SERVIÇOS;

DATA DE QUITAÇÃO: data de liquidação e cumprimento de todas as obrigações previstas nos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO, de maneira irrevogável e completa, conforme atestado pelo AGENTE, na qualidade de representante dos FINANCIADORES;

DATA DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO: data em que o objeto do CONTRATO será transferido para a CESSIONÁRIA;

DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO: documentos apresentados no APÊNDICE deste ACORDO TRIPARTITE, contemplando a contratação de financiamento, incluindo as respectivas garantias, por parte da CONCESSIONÁRIA, cujo descumprimento acelere o pagamento da dívida ou implique sua extinção antecipada e configure EVENTO DE ALERTA;

EVENTO DE ALERTA: eventos previstos na Cláusula 8, cuja ocorrência implica a obrigação da AGÊNCIA REGULADORA de notificar o AGENTE, bem como a obrigação do AGENTE de notificar a AGÊNCIA REGULADORA, a depender do tipo de EVENTO DE ALERTA constatado;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

NOTIFICAÇÃO DE ALERTA: comunicado a ser expedido pela AGÊNCIA REGULADORA ao AGENTE ou por este à AGÊNCIA REGULADORA, conforme o caso, sempre que verificada a ocorrência de algum EVENTO DE ALERTA previsto na Cláusula 8;

NOTIFICAÇÃO DE ALERTA À CONCESSIONÁRIA: comunicado a ser expedido pela AGÊNCIA REGULADORA ou pelo AGENTE à CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, e cujo recebimento pela CONCESSIONÁRIA dá início ao PERÍODO DE CURA;

NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA: comunicado a ser expedido pela AGÊNCIA REGULADORA ao AGENTE após o término do PERÍODO DE CURA concedido à CONCESSIONÁRIA, cujo recebimento dá início ao PERÍODO DE EXERCÍCIO;

NOTIFICAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA: notificação enviada pelo AGENTE à AGÊNCIA REGULADORA para comunicar o exercício da ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA;

NOTIFICAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE CONTROLE: notificação enviada pelo AGENTE à AGÊNCIA REGULADORA para comunicar o exercício da ASSUNÇÃO DO CONTROLE;

PARTES: a AGÊNCIA REGULADORA, o PODER CONCEDENTE, o AGENTE e a CONCESSIONÁRIA;

PERÍODO DE CURA: prazo de 30 (trinta) dias, relativo a uma ou mais situações que configurem um único EVENTO DE ALERTA específico, concedido pela AGÊNCIA REGULADORA ou pelo AGENTE, conforme o caso, mediante NOTIFICAÇÃO DE ALERTA À CONCESSIONÁRIA, para que sejam sanados descumprimentos observados neste ACORDO TRIPARTITE, no CONTRATO ou nos DOCUMENTOS DO FINANCIAMENTO, conforme previsto na Cláusula 9.4. O prazo de 30 (trinta) dias não será aplicado caso haja previsão expressa no CONTRATO ou nos DOCUMENTOS DO FINANCIAMENTO de outro prazo próprio para sanar EVENTOS DE ALERTA específicos, hipótese em que o PERÍODO DE CURA corresponderá ao mesmo prazo estabelecido no CONTRATO ou nos DOCUMENTOS DO FINANCIAMENTO, conforme o caso;

PERÍODO DE EXERCÍCIO: período relativo a uma ou mais situações que constituam um único EVENTO DE ALERTA específico, que se inicia na data em que o AGENTE recebe a NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA, com a duração prevista na Cláusula 9.4, e que se encerra quando configurada uma das quatro hipóteses a seguir, o que ocorrer primeiro: (i) DATA DE ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO; (ii) ATENDIMENTO À NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA; (iii) extinção do CONTRATO; ou (iv) extinção do CONTRATO DE FINANCIAMENTO. Quando o EVENTO DE ALERTA se restringir unicamente a descumprimentos obrigacionais dos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO, o PERÍODO DE EXERCÍCIO perdurará até o cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das respectivas obrigações;

PLANO DE REESTRUTURAÇÃO: plano contendo as medidas propostas para sanar os

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

inadimplementos identificados e permitir a regularização da execução do CONTRATO, nas hipóteses de ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA e ASSUNÇÃO DO CONTROLE;

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO REGULATÓRIA: relatório elaborado pela AGÊNCIA REGULADORA em favor do AGENTE, com periodicidade anual, com a finalidade de manter a integral transparência do status regulatório da CONCESSIONÁRIA, cujo conteúdo mínimo é aquele previsto na Cláusula 7.6;

SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO: pedido formulado pelo AGENTE à AGÊNCIA REGULADORA para obtenção de aprovação para a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO;

SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE SOCIETÁRIO: pedido formulado pelo AGENTE à AGÊNCIA REGULADORA para obtenção de aprovação para TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE SOCIETÁRIO;

TERMO DE TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO DA CONCESSÃO: termo firmado entre o PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA e a CESSIONÁRIA, regulando a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO;

TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE SOCIETÁRIO: modificação do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, conforme requisitos do artigo 116 da LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS, por consequência da excussão das garantias detidas pelos FINANCIADORES da CONCESSIONÁRIA; e

TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO OU CESSÃO: modificação do CONTRATO, com a substituição do ente contratado e a assunção, pela CESSIONÁRIA, de todos os direitos e obrigações detidos pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO.

3. INTERPRETAÇÃO

3.1. Caso ocorra qualquer conflito, ambiguidade ou inconsistência entre os termos do CONTRATO e o presente ACORDO TRIPARTITE, prevalecerão aqueles consignados no presente ACORDO TRIPARTITE.

4. CONSTITUIÇÃO, REMUNERAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO AGENTE

4.1. A CONCESSIONÁRIA e seus FINANCIADORES, conforme livre ajuste, ficarão responsáveis pela remuneração do AGENTE em contrapartida ao desempenho das atribuições previstas neste ACORDO TRIPARTITE, ficando vedada a cobrança de qualquer despesa do PODER CONCEDENTE a tal título.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

4.2. A CONCESSIONÁRIA reconhece que indicou o AGENTE especificado neste ACORDO TRIPARTITE livremente e de forma conjunta com seus FINANCIADORES.

4.3. A CONCESSIONÁRIA poderá providenciar para que qualquer FINANCIADOR com quem contratar posteriormente à celebração do presente ACORDO TRIPARTITE também se faça representar junto ao PODER CONCEDENTE e à AGÊNCIA REGULADORA pelo AGENTE, atualizando-se os DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO com os respectivos instrumentos contratuais.

4.4. A previsão da Cláusula 4.3 não constitui uma obrigação a cargo da CONCESSIONÁRIA, podendo os novos financiadores aderirem ou não ao presente ACORDO TRIPARTITE.

4.5. O AGENTE deverá comunicar à AGÊNCIA REGULADORA sua eventual substituição na função de representante dos FINANCIADORES por outro agente que desempenhe a mesma função, solicitando a assinatura de novo ACORDO TRIPARTITE ou a celebração de aditivo ao presente instrumento, sendo certo que o AGENTE deverá permanecer responsável pelos direitos e obrigações que lhe são atribuídos neste ACORDO TRIPARTITE, até a sua substituição.

4.6. A AGÊNCIA REGULADORA e o PODER CONCEDENTE desde logo concordam, a menos que haja algum impedimento por parte do agente substituto de contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em celebrar um novo ACORDO TRIPARTITE, cujos termos serão substancialmente os mesmos deste ACORDO TRIPARTITE, sem prejuízo de ajustes propostos pelo novo agente e aprovados pela AGÊNCIA REGULADORA.

4.7. Enquanto não formalizada a substituição do AGENTE, qualquer comunicado expedido pela AGÊNCIA REGULADORA ao AGENTE ora indicado, especialmente a NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA, será tido por válido e eficaz.

5. AUSÊNCIA DE EFEITO SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

5.1. Nenhuma das cláusulas do presente ACORDO TRIPARTITE altera ou modifica quaisquer obrigações da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO.

6. ANUÊNCIA COM RELAÇÃO AOS FINANCIAMENTOS E GARANTIAS CONTRATADOS E GARANTIAS OFERTADAS

6.1. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário estabelecida no CONTRATO, a AGÊNCIA REGULADORA reconhece o recebimento dos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO arrolados no apêndice deste ACORDO TRIPARTITE e anui com sua contratação, com as garantias ofertadas pela CONCESSIONÁRIA aos FINANCIADORES, bem como com as condições em que poderão ser

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

executadas, reconhecendo que não há violação do CONTRATO.

7. TROCA DE INFORMAÇÕES PELAS PARTES

7.1. A CONCESSIONÁRIA deverá manter o AGENTE semestralmente informado do desempenho de suas obrigações no âmbito do CONTRATO, comunicando-o acerca de eventuais falhas e descumprimentos identificados, a despeito de terem ou não dimensão suficiente para constituir um EVENTO DE ALERTA, tal como previsto na Cláusula 8.

7.2. O AGENTE poderá, a qualquer momento, verificar com a AGÊNCIA REGULADORA a veracidade das informações prestadas pela CONCESSIONÁRIA, bem como solicitar demais informações acerca da CONCESSÃO que ele ou os FINANCIADORES julguem convenientes e que possam ser prestadas pela AGÊNCIA REGULADORA.

7.3. A AGÊNCIA REGULADORA se compromete, a pedido do AGENTE, a realizar ao menos 1 (uma) reunião ao ano para trocar informações e avaliar em conjunto a atuação da CONCESSIONÁRIA na operação da ÁREA DA CONCESSÃO e na prestação dos SERVIÇOS.

7.4. A CONCESSIONÁRIA, neste ato, concede:

- (i) ao AGENTE o direito de acessar todas as informações relacionadas à CONCESSÃO que tenham sido fornecidas pela CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA ou que tenham sido obtidas por esse último no exercício de suas competências legais; e
- (ii) à AGÊNCIA REGULADORA a autorização para enviar ao AGENTE todas as informações que tenha recebido da CONCESSIONÁRIA ou obtido no exercício de suas competências legais sobre a CONCESSÃO.

7.5. Para possibilitar o cumprimento dos termos deste ACORDO TRIPARTITE, a CONCESSIONÁRIA consente expressamente com o compartilhamento de suas informações bancárias com as PARTES e com o ADMINISTRADOR TEMPORÁRIO, sem que tal divulgação configure quebra de sigilo bancário, nos termos da Lei Complementar Federal nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

7.6. A AGÊNCIA REGULADORA deverá encaminhar ao AGENTE, com periodicidade anual, o RELATÓRIO DE SITUAÇÃO REGULATÓRIA, o qual deverá conter, entre outros dados julgados pertinentes pela AGÊNCIA REGULADORA, as seguintes informações:

- (i) eventual desequilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO apurado, até a data de elaboração do RELATÓRIO DE SITUAÇÃO REGULATÓRIA, em favor da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE; e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

(ii) relação de eventuais multas aplicadas à CONCESSIONÁRIA pela AGÊNCIA REGULADORA, no âmbito da execução do CONTRATO, em razão de procedimentos administrativos encerrados na esfera administrativa, detalhando-se os valores efetivamente pagos ao PODER CONCEDENTE ou eventualmente pendentes de pagamento pela CONCESSIONÁRIA, em valores atualizados.

8. EVENTOS DE ALERTA

8.1. São EVENTOS DE ALERTA:

(i) o descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer obrigação ou conjunto de obrigações do CONTRATO que, como consequência, possa dar ensejo à execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, desde que reste configurada pelo menos uma das hipóteses a seguir listadas:

- a) o(s) descumprimento(s) represente(m), em conjunto ou isoladamente, conduta(s) infratora(s) sujeita(s) a multa(s) em montante igual ou superior a R\$ [-];
- b) o(s) descumprimento(s) represente(m) mais de [-] notificações emitidas, com valor igual ou superior a R\$ [-]; e
- c) o(s) descumprimento(s) configurem mora quanto ao pagamento de multas aplicadas e/ou valores devidos ao PODER CONCEDENTE.

(ii) instauração, pela AGÊNCIA REGULADORA, de processo destinado à declaração da caducidade da CONCESSÃO;

(iii) instauração, pela AGÊNCIA REGULADORA, de processo destinado à decretação de intervenção na CONCESSÃO;

(iv) envolvimento da CONCESSIONÁRIA em INCIDENTE DE FALHA DA INTEGRIDADE;

(v) instauração, pela CONCESSIONÁRIA ou por terceiros, de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da CONCESSIONÁRIA, ou, ainda, de qualquer outro procedimento de dissolução ou liquidação, judicial ou extrajudicial, que venha a substituí-los;

(vi) não manutenção da GARANTIA DE EXECUÇÃO, na forma estabelecida no CONTRATO;

(vii) TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE direto ou indireto da CONCESSIONÁRIA sem prévia anuência ou comunicação dos FINANCIADORES ou da AGÊNCIA REGULADORA, conforme previsto no CONTRATO e nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO;

(viii) diminuição do capital social da CONCESSIONÁRIA sem prévia anuência dos FINANCIADORES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

ou da AGÊNCIA REGULADORA, conforme previsto no CONTRATO e nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO;

(ix) não contratação ou não manutenção dos seguros de responsabilidade civil exigidos no CONTRATO;

(x) existência de passivo relativo a penalidades contratuais aplicadas à CONCESSIONÁRIA e ainda não quitadas, já líquidas e exigíveis após o encerramento do correspondente processo administrativo, em decisão da qual não caiba mais recurso, em montante superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO;

(xi) descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de obrigação ou conjunto de obrigações dos DOCUMENTOS DO FINANCIAMENTO que possa dar ensejo ao vencimento antecipado da dívida, caso não seja sanado dentro do PERÍODO DE CURA;

(xii) situação de grave insolvência financeira ou comprometimento da liquidez da CONCESSIONÁRIA que coloque em risco o efetivo cumprimento do disposto no CONTRATO ou das obrigações financeiras contraídas pela CONCESSIONÁRIA perante os FINANCIADORES; e

(xiii) perda das LICENÇAS AMBIENTAIS e/ou licenças operacionais necessárias para o desempenho das obrigações previstas no Contrato.

9. NOTIFICAÇÃO ENTRE AS PARTES E EFEITOS DECORRENTES

9.1. A AGÊNCIA REGULADORA deverá remeter ao AGENTE a NOTIFICAÇÃO DE ALERTA, no prazo de 5 (cinco) dias, sempre que tomar conhecimento de um dos EVENTOS DE ALERTA previstos na Cláusula 8.1 cabendo ao AGENTE a prerrogativa de expedir NOTIFICAÇÃO DE ALERTA à AGÊNCIA REGULADORA sempre que tomar conhecimento de um dos EVENTOS DE ALERTA previstos na Cláusula 8.1, itens (i), 8.1(iv), 8.1(v), (vii), (viii), 8.1(xi) e (xii).

9.2. A NOTIFICAÇÃO DE ALERTA deverá conter, obrigatoriamente:

(i) a descrição completa do EVENTO DE ALERTA;

(ii) as obrigações contratuais descumpridas pela CONCESSIONÁRIA, de acordo com os termos do CONTRATO ou dos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO; e

(iii) a indicação de todos os valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE ou aos FINANCIADORES, conforme o caso, e vencidos na data da NOTIFICAÇÃO DE ALERTA, juntamente com todos os valores vincendos devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE ou a FINANCIADORES, acompanhados da descrição da natureza da obrigação da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

CONCESSIONÁRIA referente ao pagamento de tais valores, bem como correspondentes prazos de vencimento, conforme o CONTRATO e os DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO.

9.3. Eventual atualização dos termos da NOTIFICAÇÃO DE ALERTA expedida ou a ocorrência de outro EVENTO DE ALERTA dará ensejo à expedição de nova NOTIFICAÇÃO DE ALERTA pela AGÊNCIA REGULADORA ao AGENTE ou deste àquele, conforme o caso.

9.4. Observado o disposto nas Cláusulas 9.1 a 9.3, o AGENTE ou a AGÊNCIA REGULADORA, conforme o caso, expedirá NOTIFICAÇÃO DE ALERTA À CONCESSIONÁRIA, com cópia à terceira PARTE deste ACORDO TRIPARTITE, apontando as inconformidades ensejadoras do EVENTO DE ALERTA específico e estabelecendo PERÍODO DE CURA, com prazo correspondente a 30 (trinta) dias ou período específico constante do CONTRATO ou dos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO, para que a CONCESSIONÁRIA adote providências visando a sanar o EVENTO DE ALERTA.

9.5. A verificação da ocorrência de dois ou mais EVENTOS DE ALERTA ensejará, para cada caso, a expedição de distintas NOTIFICAÇÕES DE ALERTA À CONCESSIONÁRIA, ensejando o início de PERÍODOS DE CURA específicos nos quais a CONCESSIONÁRIA possa sanar o respectivo EVENTO DE ALERTA.

9.5.1. A AGÊNCIA REGULADORA poderá, com a anuência do AGENTE em caso de pedido da CONCESSIONÁRIA ou a pedido do AGENTE, estender o PERÍODO DE CURA, caso entenda ser insuficiente o prazo de 30 (trinta) dias para sanar o EVENTO DE ALERTA apontado na NOTIFICAÇÃO DE ALERTA À CONCESSIONÁRIA.

9.5.2. O prazo de 30 (trinta) dias mencionado na Cláusula acima não será aplicado caso haja previsão expressa no CONTRATO ou nos DOCUMENTOS DO FINANCIAMENTO de outro prazo para sanar EVENTOS DE ALERTA específicos, hipótese em que o PERÍODO DE CURA corresponderá ao mesmo prazo estabelecido no CONTRATO ou nos DOCUMENTOS DO FINANCIAMENTO, conforme o caso.

9.6. Caso a CONCESSIONÁRIA não tenha sanado todos os descumprimentos identificados no EVENTO DE ALERTA dentro do respectivo PERÍODO DE CURA, será facultado ao AGENTE, representando os FINANCIADORES, adotar uma das seguintes medidas:

- (i) adimplir em seu próprio nome as obrigações pelas quais a CONCESSIONÁRIA estiver inadimplente ou em mora frente ao PODER CONCEDENTE;
- (ii) exercer a ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA da CONCESSIONÁRIA;
- (iii) exercer a ASSUNÇÃO DO CONTROLE da CONCESSIONÁRIA;
- (iv) efetuar a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, nas hipóteses previstas na Cláusula 14; e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

(v) exercer suas prerrogativas previstas nos DOCUMENTOS DO FINANCIAMENTO, inclusive o vencimento antecipado da dívida ou a execução de garantias ofertadas pela CONCESSIONÁRIA.

9.7. O AGENTE poderá exercer os direitos previstos na Cláusula 9.6, dando início ao PERÍODO DE EXERCÍCIO, por meio de NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA, nas seguintes hipóteses:

(i) a qualquer tempo, no caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações estipuladas nos DOCUMENTOS DO FINANCIAMENTO, caso a CONCESSIONÁRIA permaneça em situação de inadimplência ou mora após expirado o PERÍODO DE CURA, mediante notificação prévia por escrito à AGÊNCIA REGULADORA e à CONCESSIONÁRIA;

(ii) em 30 (trinta) dias contados da data de recebimento da NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA comunicando ao AGENTE o término do PERÍODO DE CURA, no caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações estipuladas no CONTRATO, caso a CONCESSIONÁRIA permaneça em situação de inadimplência ou mora após expirado o PERÍODO DE CURA;

(iii) em 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento da NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA, comunicando ao AGENTE o término do PERÍODO DE CURA, no caso de envolvimento em INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE pela CONCESSIONÁRIA, não sanado após expirado o PERÍODO DE CURA; ou

(iv) a qualquer tempo, caso esteja em seguimento o procedimento de que trata o 8.1(v) da Cláusula 8.1, mediante notificação prévia por escrito à AGÊNCIA REGULADORA e à CONCESSIONÁRIA.

9.7.1 O prazo de 30 (trinta) dias previsto na Cláusula 9.6 acima, itens (ii) e (iii), será estendido por 30 (trinta) dias adicionais, mediante simples requerimento do AGENTE à AGÊNCIA REGULADORA, desde que o pedido seja formulado antes do vencimento do prazo original. Novas extensões ficarão sujeitas à prévia aprovação da AGÊNCIA REGULADORA.

9.8. Os direitos previstos na Cláusula 9.6 representam uma faculdade conferida ao AGENTE, cuja falta de exercício não acarretará qualquer punição ao AGENTE ou aos FINANCIADORES.

9.9. Para adimplir em seu próprio nome as obrigações a cargo da CONCESSIONÁRIA previstas no CONTRATO, o AGENTE poderá, a seu único e exclusivo critério, executar ou providenciar a execução de qualquer ato exigido da CONCESSIONÁRIA, ou, ainda, sanar qualquer violação ou omissão por parte da CONCESSIONÁRIA.

9.10. O AGENTE, para os fins previstos na Cláusula 9.9, poderá contratar terceiros para a execução das obrigações a cargo da CONCESSIONÁRIA, sendo que, caso a atividade demande algum requisito de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA exigido no EDITAL, o AGENTE deverá comprovar previamente perante

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

a AGÊNCIA REGULADORA que o contratado detém a qualificação necessária.

9.11. O regular adimplemento, pelo AGENTE ou em seu nome, de obrigação atribuída à CONCESSIONÁRIA, após aferição pela AGÊNCIA REGULADORA, deverá ser reconhecido pela AGÊNCIA REGULADORA como se executado pela própria CONCESSIONÁRIA.

9.12. O uso, por parte do AGENTE, da faculdade conferida pela Cláusula 9.9, não deverá ser interpretado como uma assunção, pelo AGENTE ou por pessoa agindo em seu nome, de quaisquer outras obrigações, ainda que acessórias, atribuídas à CONCESSIONÁRIA pelo CONTRATO.

9.13. Durante cada PERÍODO DE CURA e cada PERÍODO DE EXERCÍCIO, não terão efeito, em cada caso e em relação a estes, eventuais decisões relacionadas à caducidade ou intervenção na CONCESSÃO, não havendo, contudo, suspensão automática dos respectivos processos administrativos, os quais, a critério da AGÊNCIA REGULADORA, poderão ser suspensos ou prosseguir à fase instrutória.

9.14. Caso o descumprimento da CONCESSIONÁRIA seja sanado durante o PERÍODO DE CURA ou o PERÍODO DE EXERCÍCIO em referência, ou, então, seja aprovada a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, os respectivos processos administrativos serão extintos.

9.15. A cobrança de penalidades pecuniárias aplicadas à CONCESSIONÁRIA também será suspensa enquanto perdurar o respectivo PERÍODO DE CURA e/ou PERÍODO DE EXERCÍCIO, sem prejuízo da continuidade da apuração, pela AGÊNCIA REGULADORA, das condutas qualificáveis como infrações, nos termos do CONTRATO e de seu ANEXO VIII, que sejam praticadas durante esses períodos ou anteriormente ao seu início, sendo que os respectivos montantes deverão ser pagos após o seu encerramento.

9.16. Durante o(s) PERÍODO(S) DE EXERCÍCIO, a OUTORGA VARIÁVEL não sofrerá acréscimos pelo descumprimento de INDICADORES DE DESEMPENHO.

9.16.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 9.16, os INDICADORES DE DESEMPENHO continuarão a ser apurados normalmente, calculando-se o respectivo crédito do PODER CONCEDENTE, de modo que, após o término do(s) PERÍODO(S) DE EXERCÍCIO, os acréscimos apurados, embora não aplicados, deverão ser pagos pela CONCESSIONÁRIA, corrigidos na forma prevista no CONTRATO. Em caso de extinção da CONCESSÃO sem que os descontos devidos durante o(s) PERÍODO(S) DE EXERCÍCIO estejam quitados, o valor em prol do PODER CONCEDENTE será descontado da indenização devida à CONCESSIONÁRIA.

9.17. A apuração das circunstâncias que ensejaram o descumprimento de obrigação contratual por parte da CONCESSIONÁRIA, incluindo eventuais causas excludentes de juridicidade e culpabilidade, será feita no processo administrativo sancionatório próprio.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

9.18. O AGENTE deverá cientificar a AGÊNCIA REGULADORA, conjuntamente com a NOTIFICAÇÃO DE ALERTA por ele expedida ou posteriormente, a respeito de qualquer decisão referente ao vencimento antecipado de débitos ou ao exercício de medidas de execução previstas nos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO, assim que tal decisão for tomada.

9.19. O AGENTE deverá notificar imediatamente a AGÊNCIA REGULADORA assim que qualquer EVENTO DE ALERTA não mais persistir, com o adimplemento da obrigação que motivou a expedição da NOTIFICAÇÃO DE ALERTA.

9.20. O recebimento, pela AGÊNCIA REGULADORA, da NOTIFICAÇÃO DE ALERTA expedida pelo AGENTE, nos casos em que o EVENTO DE ALERTA não represente qualquer descumprimento do CONTRATO, mas diga respeito tão somente a obrigações pactuadas entre a CONCESSIONÁRIA e seus FINANCIADORES, não obriga a AGÊNCIA REGULADORA à prática de qualquer ato, com exceção daqueles previstos neste ACORDO TRIPARTITE.

9.21. A partir do advento da DATA DE ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO, poderão ser retomadas as atividades relativas à cobrança dos valores referidos na Cláusula 9.16.1 e das penalidades aplicadas pela AGÊNCIA REGULADORA, à declaração da caducidade ou à decretação de intervenção na CONCESSÃO. Porém, o encerramento do PERÍODO DE EXERCÍCIO não implica a automática caducidade ou intervenção na CONCESSÃO, cujo mérito será avaliado em processo administrativo próprio.

9.21.1. Na ocorrência de dois ou mais PERÍODOS DE EXERCÍCIO em curso simultaneamente, considera-se verificada a condição prevista na Cláusula 9.21 assim que em algum deles advier a DATA DE ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE EXERCÍCIO.

9.22. A AGÊNCIA REGULADORA e o PODER CONCEDENTE, durante o(s) PERÍODO(S) DE CURA e o(s) PERÍODO(S) DE EXERCÍCIO, não deverão suspender quaisquer obrigações contratuais que lhe tenham sido atribuídas pelo CONTRATO.

10. ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA

10.1. O início da ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA pelo AGENTE ou por terceiro indicado pelos FINANCIADORES estará tão somente condicionado à comprovação de que o ADMINISTRADOR TEMPORÁRIO indicado atende aos requisitos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista nos exatos termos previstos no EDITAL.

10.2. Os DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO poderão contemplar, para fins de ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA, sem prejuízo de outros poderes estabelecidos:

(i) a possibilidade de convocar assembleia geral, a qualquer tempo, e indicar os membros do conselho de administração a serem eleitos pelos ACIONISTAS, destituindo-se os antigos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

membros;

(ii) a possibilidade de convocar assembleia geral, a qualquer tempo, e indicar os membros do conselho fiscal a serem eleitos pelos ACIONISTAS, destituindo-se os antigos membros; e

(iii) o exercício do poder de veto sobre qualquer proposta submetida à votação dos acionistas que, na visão dos FINANCIADORES, possa comprometer a reestruturação.

10.3. Eventual negativa por parte da AGÊNCIA REGULADORA quanto à ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA, em razão do não atendimento dos critérios previstos na Cláusula 10.1, não obsta a apresentação de nova NOTIFICAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA, caso seja sanada a falha.

10.4. O AGENTE deverá, no prazo de 30 (trinta) dias após o início da ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA, formular e apresentar à AGÊNCIA REGULADORA e à CONCESSIONÁRIA o PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, contendo indicação dos poderes que poderão ser exercidos pelo AGENTE, do prazo de duração do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO e das medidas propostas para sanar os descumprimentos do CONTRATO ou dos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO identificados, de modo a permitir a regularização de sua execução, sendo que o PLANO DE REESTRUTURAÇÃO deverá guardar conformidade com a NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA que deu início ao PERÍODO DE EXERCÍCIO.

10.4.1. O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO a ser elaborado pelo(s) AGENTE/FINANCIADORES necessariamente conterá os seguintes elementos:

(i) nomeação do administrador responsável pela devida condução do processo de ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA;

(ii) identificação pormenorizada dos meios de reestruturação a serem empregados, os quais poderão incluir, sem prejuízo de outros eventualmente cabíveis:

a) concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e, sujeito aos termos da legislação aplicável, do CONTRATO;

b) substituição total ou parcial dos administradores da CONCESSIONÁRIA ou modificação de seus órgãos administrativos;

c) concessão aos FINANCIADORES do direito de eleição em separado de administradores e do poder de veto em relação às matérias que o PLANO DE REESTRUTURAÇÃO especificar;

d) aumentos de capital social eventualmente exigidos para a recuperação financeira da CONCESSIONÁRIA;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

- e) alterações nos contratos de trabalho, contemplando redução salarial, modificações na estrutura de carreira, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva a serem celebrados pela CONCESSIONÁRIA e as entidades sindicais pertinentes, nos limites admitidos pela legislação trabalhista vigente;
 - f) dação em pagamento ou novação de dívidas, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiros;
 - g) venda parcial de bens, observando-se a disciplina legal e contratual aplicável aos BENS INTEGRANTES e aos BENS REVERSÍVEIS;
 - h) equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data em que a AGÊNCIA REGULADORA autorizar a ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA, sem prejuízo do disposto em legislação específica;
 - i) emissão de títulos de dívida ou de valores mobiliários;
 - j) contratação, às expensas da CONCESSIONÁRIA, de profissionais ou empresas especializadas para, quando necessário, dar suporte ao ADMINISTRADOR TEMPORÁRIO no exercício de suas funções;
 - k) proposta de repactuação com o PODER CONCEDENTE e FINANCIADORES quanto à forma de cumprimento das obrigações originais do CONTRATO e dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO existentes; e
 - l) medidas para o saneamento do INCIDENTE DE FALHA DE INTEGRIDADE, se o caso.
- (iii) demonstração da viabilidade econômica do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, o qual não poderá comprometer a operação da ÁREA DA CONCESSÃO ou a prestação dos SERVIÇOS, sendo que alterações relacionadas ao PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO e somente serão anuídas se forem comprovadamente indispensáveis à implementação do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO;
- (iv) as demonstrações financeiras da CONCESSIONÁRIA relativas ao último exercício social e as levantadas especialmente para instruir o PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável;
- (v) o prazo necessário para a execução integral do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, que não poderá exceder o período de 12 (doze) meses, salvo se houver autorização pela AGÊNCIA REGULADORA, caso as circunstâncias do caso assim o exijam e tornem conveniente e oportuna esta solução; e
- (vi) outras providências tidas como necessárias para a recuperação financeira e operacional da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

CONCESSIONÁRIA, tais como reorganizações societárias, alienação do CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, decorrentes da execução de garantias ou não, ASSUNÇÃO DE CONTROLE ou TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, mediante a ocorrência de eventos pré-estabelecidos no PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, entre outros, observada a necessidade de anuência prévia pela AGÊNCIA REGULADORA para os atos que assim necessitem, nos termos do CONTRATO.

10.4.2. Uma vez apresentado o PLANO DE REESTRUTURAÇÃO pelo AGENTE, a CONCESSIONÁRIA poderá manifestar-se sobre a sua conformidade no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu recebimento, cabendo exclusivamente à AGÊNCIA REGULADORA, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da manifestação da CONCESSIONÁRIA:

(i) aprová-lo, hipótese em que se iniciará o prazo previsto no PLANO DE REESTRUTURAÇÃO para a fase de cumprimento; ou

(ii) rejeitá-lo, caso haja impacto negativo na CONCESSÃO ou alteração das obrigações originais da CONCESSIONÁRIA.

10.4.3. Rejeitado o PLANO DE REESTRUTURAÇÃO pela AGÊNCIA REGULADORA, será facultado ao AGENTE o direito de apresentar novo PLANO DE REESTRUTURAÇÃO no prazo de 60 (sessenta) dias e o direito de execução das garantias previstas nos DOCUMENTOS DO FINANCIAMENTO. Caso haja nova recusa, permanecerá o direito de execução das garantias.

10.5. Rejeitado o PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, os FINANCIADORES também poderão optar pela TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, bem como indicar potencial CONCESSIONÁRIA à AGÊNCIA REGULADORA, a fim de que esse avalie sua aprovação.

10.6. A ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA autorizada na forma desta Cláusula não acarretará responsabilidade ao AGENTE, aos FINANCIADORES ou ao ADMINISTRADOR TEMPORÁRIO em relação à tributação, encargos, ônus, sanções, obrigações ou compromissos com terceiros detidos pela CONCESSIONÁRIA, inclusive com o PODER CONCEDENTE ou empregados.

10.7. A ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA não importará a responsabilização pessoal do AGENTE ou dos FINANCIADORES pelas obrigações detidas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da CONCESSÃO.

10.8. A AGÊNCIA REGULADORA poderá interromper a ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA caso comprovado, em processo administrativo próprio, o descumprimento do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO pelo AGENTE, pelos FINANCIADORES, ou pela CONCESSIONÁRIA.

11. ASSUNÇÃO DE CONTROLE

11.1. O início da ASSUNÇÃO DE CONTROLE pelos FINANCIADORES está condicionado à comprovação de atendimento aos requisitos de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, nos exatos

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

termos previstos no EDITAL.

11.2. São direitos dos FINANCIADORES, durante a ASSUNÇÃO DE CONTROLE, exercer em sua plenitude todos os direitos emergentes da propriedade das ações cuja propriedade resolúvel lhes for transferida, em especial a convocação de assembleia geral de eleição ou destituição dos membros dos conselhos de administração e fiscal da CONCESSIONÁRIA, bem como acessar todas as informações da CONCESSIONÁRIA relacionadas ao CONTRATO para a elaboração do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.

11.3. O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, no âmbito do exercício da ASSUNÇÃO DE CONTROLE, deverá respeitar os mesmos ritos, direitos e obrigações previstos nas Cláusulas 10.3, 10.4.2, 10.4.3, 10.5 e 10.8.

11.4. Em caso de aprovação do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO pela AGÊNCIA REGULADORA, os FINANCIADORES seguirão o mesmo regime de responsabilidade aplicável aos antigos controladores da CONCESSIONÁRIA, não ficando solidariamente responsáveis pelas obrigações previstas no CONTRATO.

11.5. O AGENTE deverá solicitar à AGÊNCIA REGULADORA eventual restabelecimento do CONTROLE aos antigos controladores da CONCESSIONÁRIA.

11.5.1. A aprovação da AGÊNCIA REGULADORA estará condicionada à avaliação do sucesso de implementação das medidas previstas no PLANO DE REESTRUTURAÇÃO.

12. UTILIZAÇÃO DE VALORES NA CONTA CENTRALIZADORA

12.1. As PARTES concordam que, durante o(s) PERÍODO(S) DE EXERCÍCIO, a RECEITA BRUTA e os RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, caso estes últimos ainda sejam devidos, serão todos transferidos da CONTA CENTRALIZADORA ou da CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO para conta destinada à reestruturação da CONCESSIONÁRIA, na forma definida entre a AGÊNCIA REGULADORA, o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e os FINANCIADORES, considerada a dedução dos valores devidos nos termos autorizados neste ACORDO TRIPARTITE e no CONTRATO, não sendo devida, nesse período, a transferência de valores pelo BANCO DEPOSITÁRIO à CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA.

12.2. A CONCESSIONÁRIA concorda que, caso venha a receber diretamente quaisquer valores que lhe forem devidos nos termos do CONTRATO a título de RECEITA BRUTA, deverá providenciar o depósito da totalidade dos valores recebidos na CONTA CENTRALIZADORA no prazo de 2 (dois) dias contados do seu recebimento, vedada a realização de compensação quanto a quaisquer créditos que possa ter, salvo quando expressamente autorizado pelo AGENTE.

12.3. Durante a confecção do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO e até seu integral cumprimento, as

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

PARTES concordam que os valores depositados na conta destinada à reestruturação da CONCESSIONÁRIA, aludida na Cláusula 12.1, deverão ser utilizados exclusivamente para as finalidades abaixo indicadas:

- (i) custeio das despesas e do PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, no que for estritamente necessário à continuidade da operação da ÁREA DA CONCESSÃO e da prestação dos SERVIÇOS;
- (ii) havendo excedentes à destinação prevista no item anterior, pagamento de parcela ou da totalidade dos valores devidos ao PODER CONCEDENTE, conforme valores que venham a ser exigidos nos termos do CONTRATO e do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO; e
- (iii) havendo excedentes à destinação prevista no item anterior, amortização ou liquidação dos financiamentos outorgados pelos FINANCIADORES.

12.4. As PARTES concordam que a ordem de pagamento prevista acima não prejudicará a capacidade dos FINANCIADORES de excutirem as garantias outorgadas no âmbito dos financiamentos concedidos à CONCESSIONÁRIA.

12.5. A menos que de outra forma estabelecida pelo AGENTE, o PODER CONCEDENTE cuidará para que os RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO, caso ainda sejam devidos à CONCESSIONÁRIA, de acordo com as disposições do CONTRATO, sejam depositados na CONTA DOS RECURSOS DA RECOMPOSIÇÃO.

13. TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE

13.1. A excussão de garantia prevista nos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO que acarrete a TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE deverá ser precedida da apresentação de SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE à AGÊNCIA REGULADORA.

13.2. A SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE deverá ser acompanhada de:

- (i) identificação precisa do negócio jurídico que acarretará a TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE;
- (ii) comprovação de que os pretendentes a assumir o CONTROLE da CONCESSIONÁRIA atendem a todos os requisitos de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista necessários à continuidade da operação da ÁREA DA CONCESSÃO e da prestação dos SERVIÇOS, nos exatos termos previstos no EDITAL, observada a compatibilidade dessa exigência com o momento de execução contratual, nos termos da Cláusula 13.4;
- (iii) descrição da estrutura acionária e de gestão da SPE que resultarão da TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE, contendo, no mínimo: (a) descrição dos tipos de ações; (b) acionistas e suas respectivas participações, por tipo de ação; (c) indicação da composição societária da SPE,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025

Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

conforme aplicável, e de suas CONTROLADORAS, até o nível das pessoas físicas; (d) acordos de acionista da SPE, quando existentes; (e) identificação dos administradores, incluindo seus respectivos currículos, e dos órgãos de administração da SPE; (f) compromisso com princípios de governança corporativa na gestão da SPE; e (g) identificação de PARTES RELACIONADAS;

(iv) declaração por parte dos pretendentes de que têm ciência das obrigações atribuídas à CONCESSIONÁRIA e de que se comprometem, na medida do possível, a apoiá-la no que for necessário à plena e integral adimplência das obrigações e ela atribuídas;

(v) plano contendo a forma e o prazo em que, após aprovada a TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE, serão sanadas todas as falhas indicadas na NOTIFICAÇÃO DE ALERTA; e

(vi) eventuais necessidades de modificações das obrigações previstas no PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO, tais como a reprogramação dos investimentos que estiverem em atraso e o respectivo detalhamento das obras e investimentos reprogramados, devendo conter, para estes, o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, contemplando a indicação dos quantitativos, bem como o desenvolvimento previsto para a execução de cada etapa construtiva dos EMPREENDIMENTOS, seja no que tange à indicação de prazos para início e conclusão, seja quanto à definição de marcos intermediários, nos termos dos ANEXOS II.C e XI.A, os quais serão vinculantes para a CONCESSIONÁRIA, devendo estar dispostos em periodicidade pelo menos semestral.

13.3. Eventuais alterações ou modificações deferidas pela AGÊNCIA REGULADORA com relação ao disposto na Cláusula 13.2(vi), deverão ser consideradas para fins de aferição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, nos termos previstos no CONTRATO e na regulamentação aplicável.

13.4. Caso, por conta do estágio em que estiver a CONCESSÃO, alguns dos requisitos de capacidade técnica e idoneidade financeira exigidos no EDITAL não sejam mais necessários para a adequada operação da ÁREA DA CONCESSÃO ou para a adequada prestação dos SERVIÇOS, a AGÊNCIA REGULADORA poderá dispensar sua comprovação.

13.5. A autorização para a TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE será negada somente nos casos de não atendimento dos requisitos previstos na Cláusula 13.2.

13.5.1. A AGÊNCIA REGULADORA poderá solicitar modificação do plano previsto na Cláusula 13.2(v), e do PLANO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO a que se refere a Cláusula 13.2(vi), caso seja necessário para a normalização da operação da ÁREA DA CONCESSÃO ou da prestação dos SERVIÇOS.

13.5.2. Eventual negativa por parte da AGÊNCIA REGULADORA de TRANSFERÊNCIA DO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

CONTROLE não obsta a apresentação de novo pedido, caso seja sanada a falha que fundamentou a rejeição.

13.6. A TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE não acarretará, por si só, mudança no PRAZO DA CONCESSÃO.

13.6.1. A previsão da Cláusula 13.6 não proíbe que, caso na TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE sejam reprogramados investimentos que gerem desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor de alguma das PARTES, a recomposição do equilíbrio seja feita com o aumento ou redução do PRAZO DA CONCESSÃO, conforme regramento do CONTRATO.

14. TRANSFERÊNCIA OU CESSÃO DA CONCESSÃO

14.1. O AGENTE poderá apresentar SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, de acordo com o regramento desta Cláusula, (i) em qualquer momento durante o PERÍODO DE EXERCÍCIO; (ii) após a segunda rejeição do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, reapresentado pelo AGENTE à AGÊNCIA REGULADORA, nos termos da Cláusula 10.4.3; e (iii) após a primeira rejeição do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO, apresentado pelo AGENTE à AGÊNCIA REGULADORA, caso o AGENTE não tenha cumprido a obrigação de reapresentação do PLANO DE REESTRUTURAÇÃO no prazo e nos termos indicados na Cláusula 10.4.3.

14.1.1. Por intermédio deste ACORDO TRIPARTITE, a CONCESSIONÁRIA, a AGÊNCIA REGULADORA e o PODER CONCEDENTE consentem previamente com a opção conferida ao AGENTE na Cláusula 14.1, sem prejuízo da prerrogativa da AGÊNCIA REGULADORA de aprovar a qualificação da CESSIONÁRIA, a quem serão transferidos os direitos emergentes do CONTRATO, nos termos do disposto no § 1º do artigo 27 da LEI DAS CONCESSÕES.

14.1.2. O PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e a CESSIONÁRIA, no âmbito da negociação da TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, e observada a legislação aplicável, poderão transacionar qualquer litígio existente, seja administrativo, arbitral ou judicial, assim como a respeito de quaisquer penalidades aplicadas e ainda não liquidadas.

14.2. Caso, por conta do estágio em que estiver a CONCESSÃO, alguns dos requisitos de capacidade técnica e idoneidade financeira exigidos no EDITAL não sejam mais necessários para a adequada prestação dos SERVIÇOS ou para a adequada operação da ÁREA DA CONCESSÃO, a AGÊNCIA REGULADORA poderá dispensar sua comprovação pela CESSIONÁRIA, observada a Cláusula 14.3, “ii”.

14.2.1. À CESSIONÁRIA serão transferidos os direitos emergentes do CONTRATO, observados os termos dispostos no artigo 27 da LEI DAS CONCESSÕES.

14.3. A SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO deverá conter:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

(i) a identificação da CESSIONÁRIA proposta, contendo: (i) nome e endereço; e (ii) a menos que a CESSIONÁRIA proposta seja uma entidade de capital aberto, os nomes de seus acionistas;

(ii) a comprovação de que a CESSIONÁRIA indicada na solicitação atende a todos os requisitos de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica, fiscal e trabalhista necessários à continuidade da prestação dos SERVIÇOS e da operação da ÁREA DA CONCESSÃO, nos exatos termos previstos no EDITAL, observada a compatibilidade dessa exigência com o momento de execução contratual, nos termos da Cláusula 14.2;

(iii) a maneira pela qual os FINANCIADORES se propõem a financiar a CESSIONÁRIA proposta e a extensão na qual tal financiamento se encontra comprometido (extensão relevante); e

(iv) o compromisso por parte dos pretendentes de que cumprirão integralmente todas as obrigações deste CONTRATO, bem como apoiarão a CONCESSIONÁRIA no que for necessário à plena e integral adimplência das obrigações e ela atribuídas;

14.4. A TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO será negada somente nos casos de não atendimento dos requisitos previstos na Cláusula 14.3.

14.4.1. Eventual negativa por parte da AGÊNCIA REGULADORA para TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO não obsta a apresentação de nova SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, caso seja sanada a falha que fundamentou a desaprovação.

14.5. Caso seja aprovada a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, a CESSIONÁRIA indicada será convocada para, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis a critério da AGÊNCIA REGULADORA, formalizar a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, sendo que em até 7 (sete) dias anteriores à data prevista para formalização, a CESSIONÁRIA deverá:

(i) ter constituído SPE nos exatos termos da minuta apresentada por ocasião da SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, com a correspondente certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

(ii) ter integralizado o capital social da SPE no valor mínimo previsto no CRONOGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL para o mês contratual em que for aprovada a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO;

(iii) apresentar descrição da estrutura acionária e de gestão da SPE, contendo, no mínimo: (a) descrição dos tipos de ações; (b) acionistas e suas respectivas participações, por tipo de ação; (c) indicação da composição societária da SPE, conforme aplicável, e de suas CONTROLADORAS, até o nível das pessoas físicas; (d) acordos de acionistas da SPE, quando existentes; (e) identificação dos administradores, incluindo seus respectivos currículos e dos órgãos de administração da SPE; (f) compromisso com princípios de governança corporativa na gestão da

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

SPE; e (g) identificação de PARTES RELACIONADAS.

(iv) comprovar que prestou, de forma incondicional, as GARANTIAS DE EXECUÇÃO, nos termos, forma e valores exigidos no CONTRATO e conforme as declarações apresentadas durante a SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO;

(v) apresentar PLANO DE SEGUROS, nos termos do CONTRATO, compreendendo a apresentação das coberturas e respectivas importâncias seguradas a serem contratadas, devendo a contratação efetiva observar os prazos apresentados em tais planos;

(vi) apresentar as apólices de seguro que sejam necessárias para cobrir riscos relacionados ao primeiro ano após a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, segundo a programação apresentada no PLANO DE SEGUROS;

(vii) apresentar os instrumentos jurídicos pertinentes que formalizem definitivamente os compromissos firmados com vistas à estruturação financeira da CESSIONÁRIA, conforme informações fornecidas para atendimento da Cláusula 14.3(iii); e

(viii) apresentar atestados, em nome próprio ou de terceiros, bem como a formalização dos demais documentos necessários à comprovação dos requisitos exigidos com base neste ACORDO TRIPARTITE, observadas eventuais dispensas que tenham sido devidamente aprovadas pela AGÊNCIA REGULADORA em função do estágio em que se encontra a CONCESSÃO.

14.6. Aprovado o pedido de SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO e apresentados regularmente os documentos indicados na Cláusula 14.5, a CESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE firmarão o TERMO DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, com interveniência-anuência da AGÊNCIA REGULADORA.

14.7. A TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO não acarretará, por si só, mudança no PRAZO DA CONCESSÃO.

14.7.1. A previsão da Cláusula 14.7 não inibe que, caso na TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO sejam reprogramados investimentos e seja desequilibrada a equação econômico-financeira do CONTRATO, proceda-se à sua recomposição por meio da alteração do PRAZO DA CONCESSÃO.

14.8. A AGÊNCIA REGULADORA, quando da aprovação da TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, também estabelecerá a DATA DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, a partir de proposta feita pela CESSIONÁRIA na SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO.

14.9. A CONCESSIONÁRIA se compromete a obedecer às regras de transição expostas no ANEXO III do CONTRATO na hipótese de efetivação da TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO para a CESSIONÁRIA.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

14.10. A partir da DATA DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO:

- (i) a CESSIONÁRIA passará a ser parte do CONTRATO no lugar da CONCESSIONÁRIA, a qual será imediatamente liberada dos atos de execução do CONTRATO e dos decorrentes deste ACORDO TRIPARTITE, ressalvadas eventuais pendências de sua responsabilidade, observadas as Cláusulas 14.12 e 14.14;
- (ii) a CESSIONÁRIA exercerá e gozará dos direitos e executará as obrigações da CONCESSIONÁRIA, de acordo com o CONTRATO;
- (iii) o PODER CONCEDENTE deverá continuar a cumprir as obrigações que detenha no CONTRATO frente à CONCESSIONÁRIA, dirigindo seu cumprimento à CESSIONÁRIA; e
- (iv) o PODER CONCEDENTE não poderá extinguir a CONCESSÃO ou nela intervir com base em qualquer ato ou circunstância que tenha ocorrido anteriormente à DATA DE TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO.

14.11. O PODER CONCEDENTE e a AGÊNCIA REGULADORA, caso solicitado pela CESSIONÁRIA, firmarão um acordo tripartite equivalente e utilizando os mesmos termos previstos neste ACORDO TRIPARTITE.

14.12. Quando da TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, será acordado entre as PARTES o pagamento, pela CONCESSIONÁRIA ou pela CESSIONÁRIA, de eventuais montantes devidos ao PODER CONCEDENTE com relação aos quais a CONCESSIONÁRIA estiver inadimplente, a exemplo de montantes devidos a título de:

- (i) penalidades em geral; ou
- (ii) desequilíbrios econômico-financeiros da CONCESSÃO em favor do PODER CONCEDENTE.

14.13. Por ocasião da TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, não será devido qualquer pagamento adicional ao PODER CONCEDENTE por parte da CESSIONÁRIA em troca do direito de lhe ser transferida a CONCESSÃO. Em caso de TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, nenhuma indenização será devida à CONCESSIONÁRIA por parte do PODER CONCEDENTE por conta de eventuais investimentos ainda não amortizados.

14.14. Os termos e condições em que a CESSIONÁRIA assumirá as obrigações da CONCESSIONÁRIA frente aos FINANCIADORES, assim como eventual pagamento à CONCESSIONÁRIA por parte da CESSIONÁRIA, deverão ser acordados pelo AGENTE, pela CONCESSIONÁRIA e pela CESSIONÁRIA, de forma privada.

14.15. Em qualquer caso, a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO depende de anuência do AGENTE.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

15. ATENDIMENTO À NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA

15.1. Considera-se atendida a NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA quando:

- (i) ocorrer o adimplemento das obrigações da CONCESSIONÁRIA por parte do AGENTE, conforme a Cláusula 9.9;
- (ii) a própria CONCESSIONÁRIA adimplir as obrigações identificadas na NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA antes que se inicie o PERÍODO DE EXERCÍCIO;
- (iii) o AGENTE optar pelo exercício da ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA e, dentro do PERÍODO DE EXERCÍCIO, a CONCESSIONÁRIA cumprir as obrigações indicadas na NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA;
- (iv) o AGENTE optar pelo exercício da ASSUNÇÃO DE CONTROLE e, dentro do PERÍODO DE EXERCÍCIO, a CONCESSIONÁRIA cumprir as obrigações indicadas na NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA;
- (v) a AGÊNCIA REGULADORA aprovar a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, atendidos os requisitos previstos na Cláusula 14; e
- (vi) a AGÊNCIA REGULADORA aprovar a TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE, atendidos os requisitos previstos na Cláusula 13.

15.2. O ATENDIMENTO À NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA ocasionará a extinção do respectivo PERÍODO DE EXERCÍCIO e o arquivamento dos processos administrativos que fundamentaram a expedição da NOTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA, ressalvados aqueles de caráter sancionador, voltados à aplicação de multas contratuais.

16. VIGÊNCIA DO ACORDO TRIPARTITE

16.1. Este ACORDO TRIPARTITE terá vigência até que sobrevenha:

- (i) a DATA DE QUITAÇÃO.
- (ii) a extinção da CONCESSÃO, exceto se ainda estiverem pendentes processos administrativos sancionatórios voltados à aplicação de multas contratuais e outras obrigações pendentes de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, hipótese em que permanecerão vigentes as cláusulas que regulam a realização de tais pagamentos;
- (iii) a celebração de novo ACORDO TRIPARTITE por ocasião da TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO,

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

conforme previsão da Cláusula 14.11; e

(iv) a TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO, sem que seja solicitada por parte da CESSIONÁRIA a assinatura de novo ACORDO TRIPARTITE.

17. RELICITAÇÃO

17.1. Sem prejuízo da observância dos requisitos previstos no art. 9º, § 2º, da Lei Estadual nº 16.933, de 24 de janeiro de 2019, constitui requisito essencial para a instauração de procedimento administrativo visando à relicitação da CONCESSÃO a prévia e expressa anuência da CONCESSIONÁRIA.

17.2. Não constitui pressuposto para a relicitação da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE o exercício efetivo, pelos FINANCIADORES, de qualquer das prerrogativas e direitos previstos neste ACORDO TRIPARTITE e nos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO, devendo os mesmos, contudo, renunciarem ao prazo estipulado neste acordo para correção das falhas.

17.3. Nos termos do art. 12, § 4º, da Lei Estadual nº 16.933, de 24 de janeiro de 2019, na hipótese de os termos e as condições de financiamento previstos nos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO se mostrarem adequados e compatíveis com os padrões de mercado existentes quando da sua contratação, o PODER CONCEDENTE, mediante prévia anuência e concordância do AGENTE, poderá exigir a assunção, pela futura concessionária, das dívidas adquiridas pela CONCESSIONÁRIA ou pela CESSIONÁRIA, nos termos estabelecidos pelo futuro edital.

18. PRESERVAÇÃO DOS BENS REVERSÍVEIS

18.1. Sem prejuízo das demais disposições previstas neste ACORDO TRIPARTITE e dos termos e condições expressos nos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO, o AGENTE concorda, em seu próprio nome e em nome dos FINANCIADORES, que não exercerá quaisquer direitos que lhe foram outorgados ou tomará quaisquer outras medidas que venham a prejudicar a reversão de ativos regulada pela Cláusula 67 do CONTRATO.

19. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

19.1. O PODER CONCEDENTE, a AGÊNCIA REGULADORA e o AGENTE deverão, em mútuo benefício, cumprir os requisitos previstos na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no que diz respeito à divulgação pública de informações a respeito da CONCESSÃO que estejam em seu poder.

20. ALTERAÇÃO DO PRESENTE ACORDO TRIPARTITE

20.1. Este ACORDO TRIPARTITE somente poderá ser alterado por meio de instrumento formal, contando com a assinatura das PARTES.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

20.2. O exercício por uma das PARTES de qualquer direito ou medida corretiva prevista no presente ACORDO TRIPARTITE ou em lei não representará renúncia ou impedimento do posterior exercício desses, de outros direitos ou de medidas corretivas.

20.3. As medidas corretivas estabelecidas neste ACORDO TRIPARTITE são cumulativas e não excluem quaisquer outras previstas em lei, podendo ser exercidas pelo AGENTE ou pelos FINANCIADORES, ou, ainda, mediante procuração.

20.4. Nenhuma renúncia apresentada pelas PARTES quanto a qualquer direito ou medida corretiva prevista neste ACORDO TRIPARTITE ou em lei deverá ser considerada como renúncia a outros ou subsequentes direitos ou medidas corretivas previstas neste ACORDO TRIPARTITE e legislação própria.

20.5. A anuência de uma das PARTES com relação a qualquer ato praticado por outra PARTE que exigiu tal anuência não tornará desnecessária a obtenção da anuência para qualquer ato subsequente que a exija.

21. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

21.1. Caso ocorra qualquer disputa entre o PODER CONCEDENTE ou a AGÊNCIA REGULADORA e o AGENTE, as PARTES resolverão essa disputa de acordo com os procedimentos para solução de divergências estabelecidos no CONTRATO, valendo para o AGENTE as regras para instauração e trâmite dos procedimentos de resolução de controvérsias a que estão sujeitos a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE.

21.2. Nenhuma das disposições da Cláusula 21.1 altera os direitos e ações que poderão ser exercidos pelo AGENTE em face da CONCESSIONÁRIA, os direitos da CONCESSIONÁRIA descritos nos DOCUMENTOS DE FINANCIAMENTO ou os procedimentos legais disponíveis ao AGENTE para se valer de suas garantias.

22. SUCESSORES E REPRESENTANTES

22.1. Nenhuma das PARTES poderá atribuir ou transferir qualquer parte de seus direitos ou obrigações sem o consentimento prévio por escrito das outras PARTES, ressalvada, contudo, a substituição do AGENTE prevista na Cláusula 4, hipótese em que o AGENTE poderá atribuir ou transferir seus direitos e obrigações a agente sucessor, desde que em conformidade com os DOCUMENTOS DO FINANCIAMENTO e mantidas todas as condições que fundaram a anterior aprovação da AGÊNCIA REGULADORA.

22.2. O presente ACORDO TRIPARTITE vinculará e servirá ao benefício das PARTES e seus respectivos sucessores e representantes autorizados.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

23. INVALIDAÇÃO

23.1. Caso uma ou mais das disposições contidas neste ACORDO TRIPARTITE, por qualquer razão, seja considerada inválida, ilegal ou inexecutável, em qualquer aspecto, tal nulidade, ilegalidade ou inexecutabilidade não prejudicará qualquer outra disposição aqui contida, devendo este ACORDO TRIPARTITE ser interpretado como se tal disposição tivesse sido excluída.

24. EFICÁCIA DAS NOTIFICAÇÕES E CONTAGEM DE PRAZOS

24.1. Sempre que, ao abrigo das disposições do presente ACORDO TRIPARTITE, seja necessário ou recomendável que uma PARTE entregue a outra PARTE qualquer aprovação, notificação, pedido, demanda, relatório ou outras formas de comunicação, tais ações serão realizadas por escrito e não serão eficazes para qualquer finalidade a menos que sejam recebidas sob protocolo ou remetidas pelo correio eletrônico com aviso de recebimento para os endereços eletrônicos indicados a seguir:

Se para o PODER CONCEDENTE: [·]

Se para a AGÊNCIA REGULADORA: [·]

Se para a CONCESSIONÁRIA: [·]

Se para o AGENTE: [·]

24.2. Qualquer uma das PARTES poderá, mediante aviso por escrito entregue às outras PARTES, designar endereço adicional e/ou outro endereço, físico ou eletrônico, ou uma pessoa adicional e/ou outra pessoa a quem todas essas notificações, solicitações, exigências, relatórios e comunicações deverão, a partir desse momento, ser endereçadas.

24.3. Qualquer aviso, solicitação, demanda, relatório ou outra comunicação será considerada entregue na data do respectivo recebimento, iniciando-se, caso cabível, a contagem do prazo no dia útil seguinte.

24.4. A contagem dos prazos previstos neste ACORDO TRIPARTITE será feita em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento.

25. EFEITOS DA RESCISÃO SOBRE O CONTRATO

25.1. Sem prejuízo de quaisquer direitos que uma das PARTES poderá exercer, a violação deste ACORDO TRIPARTITE não deverá, por si só, resultar no direito de extinguir o CONTRATO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
PROCESSO SPI Nº 021.00002795/2024-73
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 03/2025
Concessão de Uso do Complexo Turístico da Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ

26. AUSÊNCIA DE INTERFERÊNCIA POR PARTE DA CONCESSIONÁRIA

26.1. A CONCESSIONÁRIA celebra este ACORDO TRIPARTITE reconhecendo e concordando com as disposições aqui estabelecidas, comprometendo-se também a não realizar ou deixar de realizar qualquer ação que possa impedir que qualquer das PARTES goze dos direitos previstos neste ACORDO TRIPARTITE.

26.2. As PARTES reconhecem que a celebração deste ACORDO TRIPARTITE não altera a repartição dos riscos estabelecida no CONTRATO.

27. ÔNUS DO AGENTE

27.1. O PODER CONCEDENTE e a AGÊNCIA REGULADORA reconhecem e concordam que o AGENTE não deverá ser obrigado a executar nenhuma das obrigações da CONCESSIONÁRIA conforme previstas no CONTRATO.

28. DIREITO APLICÁVEL E FORO

28.1. Este ACORDO TRIPARTITE será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, sendo competente o Foro de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer controvérsia não passível de resolução através dos mecanismos de solução de divergência previstos no CONTRATO.

São Paulo, [-].

PARTES E ASSINATURAS: